

## **CURRÍCULO INTEGRADO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS (2015-2017)**

Maria Eduarda Gomes Lopes (1); Andreza Maria de Lima (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – campus Pesqueira [eduardagomes0209@hotmail.com](mailto:eduardagomes0209@hotmail.com)<sup>1</sup>.

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – campus Pesqueira [andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br](mailto:andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br)<sup>2</sup>.

### **Introdução**

O Governo Federal, por meio da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22/09/2016, convertida na Lei nº 13.415, de 16/02/2017, reformou o Ensino Médio no Brasil. Amplamente contestada por entidades do campo educacional, essa reforma, além de descaracterizar o Ensino Médio como última etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996), tensiona o comprometimento do Ensino Médio Integrado (EMI), uma das principais bases de formulação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) para a Educação Profissional.

No Brasil, o EMI ganhou visibilidade a partir no Decreto nº 5.154/2004, instituído durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse Decreto recuperou a integração da formação básica e profissional num mesmo currículo, impossibilitado pelo Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997), instituído pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que institui os IFs, no artigo 7º, inciso I, preceitua, como objetivo, “ministrar formação técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. No artigo 8º, essa Lei ressalta que, no desenvolvimento de sua ação acadêmica, os Institutos Federais, em cada exercício, deverão garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender ao referido objetivo.

O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), Lei nº 13.005, de 26/06/2014 (BRASIL, 2014), que institui diretrizes, metas e estratégias para a educação, reforça a expansão de ofertas para a educação profissional técnica de nível médio. A meta nº 11 estabelece o objetivo de “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.

Para Silva (2017, p. 82), entretanto, a reforma do Ensino Médio “[...] significa a inviabilização planejada da continuidade da oferta do Ensino Médio Integrado”. Ferreti e Silva (2017, p. 392), por sua vez, colocam que, por coerência e opção epistemológica, a MP nº 746, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, propõe que desapareça da cena, no âmbito dos governos estaduais, a proposta de integração no ensino médio e deste com a educação profissional, mesmo que “[...] se possa levantar a hipótese de sua continuidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por sua autonomia pedagógico-administrativa e por pertencerem à rede federal de ensino”.

Entretanto, ainda em 2017, o Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) e a Câmara de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) organizaram duas iniciativas que se complementam, no

<sup>1</sup>Licencianda em Física – bolsista BIA/FACEPE

<sup>2</sup>Doutora em Educação/Professora do Ensino Superior - cursos de licenciatura

sentido de incentivarem o aprofundamento da análise coletiva acerca dos desafios apresentados para a continuidade do Ensino Médio Integrado no contexto das transformações previstas na Lei nº 13.415/2017. A primeira iniciativa foi o Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado, realizado na capital federal, e que contou com a presença de especialistas de todo o país. A segunda foi a obra organizada por Adilson César Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva, intitulada “Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios”, lançada no Seminário, e que reúne uma amostra de pesquisas realizadas por profissionais da Rede da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Mais recentemente, em 20 de fevereiro, foi lançado o primeiro Manifesto de 2018 em defesa do EMI e da RFEPCT. Esse manifesto demonstra preocupação sobre os obscuros rumos dessa Rede, ao considerar que o Ministério da Educação (MEC), explicitamente, apresenta uma política e concepção de educação “contrárias à formação integral dos estudantes da educação profissional, principalmente com ações e propostas que condenam à miséria a continuidade do Ensino Médio Integrado nos IFs”.

Nesse contexto, neste trabalho, recorte de uma pesquisa em andamento, temos como objetivo **mapear e analisar a produção científica da pós-graduação brasileira sobre o currículo integrado no EMI nos últimos três anos**. Conforme Frigotto et al (2010), sendo o desafio dos pesquisadores captar o movimento da realidade em suas contradições, para que se possa, em alguma medida, nela intervir, é fundamental recorrer aos conhecimentos produzidos até então sobre o movimento da implantação do EMI.

Acreditamos que a realização desta pesquisa é relevante para o enfrentamento teórico e prático dos desafios do EMI no atual contexto da reforma do Ensino Médio.

## Metodologia

O estudo é de natureza qualitativa de caráter exploratório e bibliográfico, comumente denominado “Estado da Arte” ou “Estado do conhecimento”. Estudos desse tipo buscam analisar o que vem sendo produzido em uma determinada área a fim de conduzir à compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de um determinado tema.

De acordo com Davies (2007), a confiabilidade de um “Estado da Arte” depende, em grande parte, do claro recorte do universo a ser investigado, das fontes disponíveis e do seu tratamento.

Para este balanço da produção do conhecimento, investigamos teses e dissertações por reconhecermos a Universidade e, nesse contexto, os Programas de Pós-Graduação como *locus* fundamental da pesquisa no Brasil. Para a localização das teses e dissertações, consultamos, inicialmente, o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Selecionamos os trabalhos a partir de três campos: título, palavras-chave e resumo. Utilizamos, como expressão de busca, “Ensino Médio Integrado”. Para este recorte, consideramos as produções dos últimos três anos (2015-2017).

Utilizamos a Técnica da Análise de Conteúdo Categrical Temática, conforme Bardin (2002). Classificamos os trabalhos segundo sua ênfase temática a partir da análise dos resumos. Ferreira (2000) afirma que, ao lidarmos com um conjunto de resumos de certa área do conhecimento, podemos constatar que eles cumprem a finalidade que lhes está prevista em catálogos produzidos na esfera acadêmica: informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam.

Nos limites deste trabalho, trataremos da categoria “Currículo Integrado”.

## Resultados e Discussão

Nos anos de 2015 e 2016, localizamos, em cada ano, 29 (vinte e nove) trabalhos que abordavam sobre o EMI. No ano de 2017, localizamos 32 (trinta e dois). Dos trabalhos produzidos em 2015 e 2017, localizamos apenas três em cada ano que enfocou o Currículo Integrado, enquanto no ano de 2016, localizamos quatro trabalhos.

No ano de 2015, os trabalhos que enfocaram o Currículo Integrado foram as teses produzidas por Marcelo Leite e Valeria Matos Leitão de Medeiros e a dissertação de autoria de Carmen Lourdes Didonet Smaniotto.

Leite (2015) abordou como as práticas discursivas que envolve a implantação do currículo do EMI atravessam discursivamente seus sujeitos. O autor utilizou-se da pesquisa qualitativa pós-crítica. Foi realizada no IFSULDEMINAS – *campus* Machado. Foram analisadas leis e decretos da Educação Profissional, o Projeto Pedagógico do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e entrevistas semiestruturadas com egressos. Utilizou, como técnica de análise, a Análise do Discurso, tendo como ferramenta conceitual a governamentalidade. O autor conclui que a sociedade e a escola possuem uma relação de imanência.

Medeiros (2015) objetivou compreender os sentidos do componente curricular Educação Física no EMI do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - João Pessoa. Participaram 76 sujeitos de ambos os sexos, entre discentes (40) e docentes (36). Os instrumentos de coleta foram: entrevistas e questionários autoexplicativos. Para análise, contou-se com o *software* ATLAS.ti versão 7.5. Os sentidos compreendidos foram: a) os docentes compreendem o currículo integrado de forma unidirecional; b) Os discentes não conseguem articular sentidos do componente com a sua vida cotidiana e com os interesses do seu curso; c) os docentes percebem um distanciamento com os demais componentes. Para o autor, as práticas estão baseadas em torno de sentidos particularizados, estão desarticuladas das propostas do EMI.

Smaniotto (2015) analisou limites e possibilidades de articulação entre conhecimentos técnicos e básicos que perpassam o Currículo e a formação de um curso Técnico em Química no contexto da Prática Profissional Integrada (PPI) do Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha). A pesquisa abrange a análise de um dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes no contexto PPI e do Projeto Integrador (PI) de 2013. Outro procedimento foi a análise de vídeos. Percebeu-se marcas de incompletude na apropriação dos conhecimentos científicos pelos estudantes. O tema em estudo, por vezes, foi abordado de forma superficial, sem contemplar a dimensão dialógica entre formas diversificadas de conhecimento e ação.

No ano de 2016, as teses que enfocaram o Currículo Integrado foram as produzidas por Rosicler Teresinha Sauer Santos e Denise Dalmas Rodrigues; e as dissertações foram as de Daiele Zuquetto Rosa e Rose Marcia da Silva. Dois estudos (RODRIGUES, 2016; SILVA, 2016) tiveram como campo empírico o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT).

Santos (2016) buscou compreender e analisar as contradições, limites e possibilidades na implantação do Currículo Integrado e as implicações no trabalho pedagógico da Educação Física, tendo como base o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Utilizou depoimentos adquiridos da gravação e transcrição do I Encontro de Professores de Educação Física do IFBA. Foram realizadas análises do documento construído pelos professores em um grupo de trabalho que tratou da proposta curricular da Educação Física, bem como uma análise profícua do PPI. De um modo geral, os relatos docentes apontam que há um longo caminho a ser percorrido para efetivação do que está definido no PPI do IFBA.

Rodrigues (2016) analisou as concepções dos docentes acerca das práticas integradoras no desenvolvimento do Currículo Integrado do curso Técnico em Agropecuária

Integrado ao Ensino Médio do *campus* Cáceres do IFMT. A pesquisa é de natureza qualitativa, um estudo de caso. Participaram vinte e cinco docentes. Utilizou a análise documental, questionários semiestruturados e o grupo focal. Os dados foram analisados por meio da análise textual discursiva. Para os docentes, o currículo integrado representa um desafio. Acreditam, porém, que é possível e necessário. Para Rodrigues (2016), uma formação que habilite os professores a desenvolver a integração curricular contribuirá para a efetivação do currículo integrado.

Rosa (2016) analisou as significações produzidas pelos estudantes do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), *campus* Santa Rosa, acerca da reestruturação do currículo do Curso Técnico em Edificações Integrado que ocorreu entre 2011 e 2013. A pesquisa é de natureza qualitativa, um estudo de caso. Utilizou a análise documental e o questionário. A aplicação do questionário ocorreu com os jovens da última turma do currículo antigo e com a primeira turma a formar-se na nova estrutura. Os estudantes consideram que houve mudança no currículo. A autora reforça a importância de olhar os alunos como jovens culturais situados historicamente.

Silva (2016) analisou como se efetiva o Currículo Integrado no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do *campus* Sorriso do IFMT. Utilizou análise de documentos, observações e entrevistas. O curso avançou em aspectos relacionados à estrutura física e material, à existência de uma proposta pedagógica amparada em referencial teórico crítico, às metodologias integradoras etc. Para Silva (2016), contudo, é preciso superar o desafio da formação docente. Para a autora, é necessário (re)construir práticas relativas à integração curricular na perspectiva da formação unitária, que tenha o trabalho como princípio educativo.

No ano de 2017, localizamos uma tese que enfocou o Currículo Integrado, de autoria de Italan Carneiro Bezerra, e duas dissertações, cujos autores foram Shirleyde Dias do Nascimento e Jose Ribamar Ferreira Junior.

Bezerra (2017) buscou compreender o perfil do corpo discente do Curso Integrado em Instrumento Musical do IFPB - *campus* João Pessoa, e suas inter-relações com as bases epistemológicas do Currículo Integrado. Utilizou, como instrumento de coleta, um questionário. Confirmou-se a hipótese que norteou o desenvolvimento da pesquisa: a materialização do Curso apresenta uma relação conflitiva, por vezes contrária, com a dimensão epistemológica que sustenta a proposta geral do Currículo Integrado e, por vezes, também conflitiva e contrária com o perfil dos ingressantes no curso. Os estudantes, em sua maioria, aproximaram-se do Instituto motivados pela reconhecida qualidade de formação, sobretudo aquela de caráter propedêutico.

Nascimento (2017) analisou como se constitui a integração curricular e a efetivação do ensino de Matemática no Curso de EMI em Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)- *campus* Aracaju. Os instrumentos de coleta foram: análise documental e entrevista com docentes. A pesquisa destacou que o Projeto Pedagógico do Curso apresenta orientação na perspectiva da integração entre as diversas áreas e que, para a concretização da integração curricular, devem ser priorizadas metodologias adequadas ao propósito da integração. Os depoimentos apontam que as disciplinas atuam em função de objetivos distintos. De um lado, as disciplinas gerais preparam para o Exame Nacional de Ensino Médio, de outro, as técnicas para a formação profissional. Conclui que a integração da forma como se constitui não assinala efeitos significativos na forma de ensinar Matemática.

Ferreira Junior (2017) teve, como objetivo geral, identificar a configuração da Educação Física na Rede Estadual de Educação profissional do estado do Ceará e a compreensão de educação física por professores. Como objetivo específico, buscou verificar em que medida esse componente curricular apresenta os elementos que configuram a concepção de Currículo Integrado. Como resultados, indicou que a integração curricular

ocorre principalmente no desenvolvimento de conteúdos semelhantes entre as disciplinas. Observou-se que as interseções entre os saberes disciplinares aliadas à proposição formativa dos cursos profissionais precisam ser problematizadas de modo mais expandido. O estudo indicou a necessidade de desenvolvimento de ações didático-metodológicas na Educação Física para o EMI, com vistas à proposição de formação continuada construída em diálogo com as experiências dos professores, num processo reflexivo que oportunize efetivamente uma práxis transformadora.

Diante dos resumos lidos, constatamos que dos 10 (dez) trabalhos coletados, um deles teve como campo empírico uma Rede Estadual de Educação Profissional, do estado do Ceará, e os outros 9 (nove) foram Institutos Federais espalhados pelo Brasil. Nos estudos, os IFs que mais foram estudados foram os Institutos Federais da Paraíba, Mato Grosso e Farroupilha. De modo geral, constatamos que o componente curricular Educação Física ganhou destaque nos estudos, sendo o mais estudado na categoria Currículo Integrado dos últimos três anos.

## Conclusões

As produções científicas apontam que há muitos desafios a serem enfrentados para a efetivação do Currículo Integrado. Dentre os desafios que persistem, destacamos a falta de compreensão do Currículo Integrado no EMI pelos docentes e discentes que fazem parte desse ensino, bem como a falta de formação docente que habilite os professores a desenvolverem a integração.

É preciso avançar na compreensão do Currículo Integrado no EMI e na formação docente para avançar na efetivação do Currículo Integrado e para que se abram caminhos para combater outros desafios, dentre os quais destacamos a reforma do Ensino Médio.

O aprofundamento do estudo favorecerá a análise coletiva dos desafios do EMI e da sua continuidade frente à atual reforma da última etapa da Educação Básica.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 223p.
- BRASIL. **Decreto no 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto- Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento a Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)> Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746** de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2016/Mpv/mpv746.htm)> Acesso em: 01 de julh. 2017.

BEZERRA, I.C. **Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical do IFPB**: reflexões a partir dos perfis discente e institucional. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration. In: THOMAS, G.; PRING, R. (Org.). **Educação baseada em evidências**: atualização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002, p. 257-272.

FERREIRA JUNIOR, J. R. **Organização Didática Da Educação Física No Ensino Médio Integrado**: A configuração da Rede Estadual de Educação Profissional do Ceará. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

FRIGOTTO, G. et al. Agradecimentos. In: **Anais/Produção de conhecimentos de ensino médio integrado**: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas, Rio de Janeiro, 3 e 4 de setembro de 2010.

LEITE, M. **Ensino Integrado no IFSULDEMINAS-do Documento à Implantação**: um olhar pela janela da governamentalidade. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2015.

MEDEIROS, V. M. L. D. **Sentidos do Componente Curricular Educação Física no Ensino Técnico Integrado ao Médio** em João Pessoa/Pb: Discursos em Diálogos. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NASCIMENTO, S. D. do. **Uma Análise da Integração Curricular no IFS/Campus Aracaju**: sua constituição e os seus efeitos sobre o ensino de Matemática no Curso de Eletrotécnica. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

RODRIGUES, D. D. **Concepções e práticas integradoras dos docentes do IFMT Campus Cáceres, no desenvolvimento do Currículo Integrado**. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

ROSA, D. Z. **Currículo Integrado e Formação Integral de Jovens**: uma Proposta do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santa Rosa. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SANTOS, R. T. S. **A Educação Física no Currículo Integrado do IFBA**: realidade e Possibilidades. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, M. R. da. Projetos de Reformulação do Ensino Médio e inter-relações com a Educação Profissional: (im)possibilidades do Ensino Médio Integrado. In: ARAÚJO, A. C.;

SILVA, C. N. N. da (Org). **Ensino Médio Integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 71-89.

SILVA, R. M. da. **Efetivação do Currículo Integrado no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT - Campus Sorriso**. Dissertação (Mestrado Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016.

SMANIOTTO, C. L. D. **Interlocução de Saberes na Prática Profissional Integrada de um Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.